

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2019, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO**

### **PRESENCAS**

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, em substituição da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação e José Correia da Silva.

### **AUSÊNCIAS**

Justificada a ausência da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, por se encontrar em gozo de férias.

### **SECRETARIOU**

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

### **ABERTURA (COD. 02)**

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **FEIRA SEMANAL (COD 25)**

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao Executivo que a feira semanal será relocada para o Largo D. Dinis, em frente ao Centro Multiusos, no dia 11 de julho de 2019.

Mais informou que, durante o período de realização das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, entre os dias 16 de agosto e 9 de setembro, a feira semanal decorrerá, provisoriamente, na "carreira central" da Mata dos Remédios. Encerrados os festejos da "Romaria de Portugal", regressa de novo ao Largo D. Dinis.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** começou por referir que considera uma falta de respeito para com o Executivo publicitar esta notícia, sem antes dar conhecimento. De seguida, disse que entende pouco correto e muito pouco sensato colocar os feirantes num local diferente, ou seja, andar com experimentalismos, num período do ano em que os feirantes fazem maior volume de negócio, o que irá prejudicar gravemente os seus negócios e as suas vidas.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que também não concorda com a realização da feira semanal na Carreira Central, pelo que, quando a proposta vier à reunião de Câmara, abordará o assunto, fundamentando a sua posição.

O senhor **Presidente da Câmara** começou por lembrar aos senhores Vereadores que, tal como decorreu nos últimos anos, a feira semanal não decorre em simultâneo com a realização das Festas dos Remédios, pelo que não se trata de deslocalizar a feira duas vezes. Trata-se é de deslocalizar a feira semanal, de acordo com a planta já aprovada em sede de Executivo. Entende que, num período em que mais gente acorre à cidade de Lamego, mais premente se torna que a Av. D. Jacinto Botelho deva estar desocupada e a feira semanal ordenada.

Por isso, foi por essa razão que entendeu colocar a feira semanal no seu devido local, não se tratando de nenhuma mudança, pois tal como sabem os senhores Vereadores, a mesma apenas saiu do seu lugar, por força das obras que se realizaram no Pavilhão Multiusos.

Disse que foi encontrada uma solução para que os feirantes continuem a desenvolver a sua atividade, no período das Festas, indo de encontro às preocupações manifestadas pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, porque considera ser mais importante a realização da feira do que impedir que a mesma se realize, o que ocorreu no ano transato e nos anos anteriores.

#### **CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)**

Tomou a palavra o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** para reiterar o pedido efetuado na reunião da semana passada, em que solicitou cópia dos contratos celebrados entre o Município de Lamego e a Transdev, S.A., desde o dia 1 de julho de 2016 a 23 de outubro de 2017 e desde 23 de outubro de 2017 até à presente data.

De seguida, dado que teve conhecimento de uma reunião que ocorreu entre o Presidente da Câmara e os senhores Presidentes de Junta, relativa à transferência de competências, disse que gostaria de saber o que se passou na referida reunião.

Por fim, reportou-se a um pedido formulado pelo Grupo de Teatro Aldeia Verde em que solicitou a isenção do pagamento de taxas, relativas à cedência de palco, questionando o senhor Presidente se vai trazer o pedido de isenção à reunião.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente quando é que começam a funcionar os painéis interativos, uma vez que se aproxima a época de verão em que mais turistas visitam a cidade de Lamego.

De seguida, chamou, novamente, a atenção do senhor Presidente da Câmara para um ponto de luz, existente na Rua D. Jacinto Botelho que já teve uma mangueira, de cor vermelha, como forma de proteção e, atualmente está tapado com pedras, o que origina a que os seguintes pontos não tenham eletricidade. Disse que se trata de uma zona pedonal muito utilizada, pelo que deveria ser resolvida esta situação, o mais breve possível.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** sobre a iluminação pública na Rua D. Jacinto Botelho disse que a EDP já foi notificada, no sentido de ser resolvida a situação. Porém até à data ainda não foi resolvida a situação, pelo que afirmou que vai reforçar tal pedido junto da EDP.

Quanto ao pedido de palco efetuado pelo Grupo de Teatro Aldeia Verde, disse que o mesmo irá ser disponibilizado, uma vez que já é para este fim de semana e virá à reunião de Câmara para deliberação, relativamente à isenção do pagamento de taxas.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** retorquiu que aquela situação, na Rua D. Jacinto Botelho, já se verifica há mais de um ano e meio e ainda nada foi feito até à data, pelo que adiantou que se a Câmara não consegue resolver o problema que lhe transmita que, em poucos dias, consegue resolver a situação.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que, quanto ao ponto de luz da Av. Jacinto Botelho, o assunto está a ser tratado.

Quanto ao pedido de palco, para a realização das festas, lembrou aos senhores Vereadores que a Câmara tinha decidido que quando os palcos fossem montados pelas entidades requerentes não pagariam a sua montagem. Porém os que solicitassem a montagem teriam de pagar a respetiva taxa de cedência de palco.

Relativamente aos painéis interativos, informou que os procedimentos para a sua reparação já estão em curso, pelo que brevemente ficarão em funcionamento.

No que concerne ao pedido de cópia dos contratos com a Transdev, esclareceu que já tinha dado indicação para que os mesmos fossem disponibilizados, sendo que irá reforçar essa indicação junto dos serviços.

Por fim, esclareceu que a reunião que teve com os senhores Presidente da Junta de Freguesia ocorreu porque entendeu convidá-los, no âmbito da aplicação do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que prevê a transferência de competências dos municípios para os

órgãos das freguesias, pelo que a mesma serviu para os esclarecer relativamente a esta matéria.

Adiantou que cada uma das freguesias irá fazer uma comunicação legal ao município de aceitação, ou não, da transferência de tais competências.

## ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

**01-ASSUNTO:** ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 17 de junho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

**Deliberação:** Aprovada, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, por não ter participado na referida reunião.

**02-ASSUNTO:** RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO REFERENTE AO ANO DE 2018 (COD. 51)

O senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento ao Executivo do teor do Relatório de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Lamego, referente ao ano de 2018, elaborado pelo Auditor Interno do Município de Lamego.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** questionou o senhor Presidente da Câmara o que é necessário fazer ou alterar para que para no próximo ano não venham as mesmas recomendações como as que estão plasmadas no presente relatório, em que refere que nada foi feito.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que este é um documento produzido pelo Auditor Interno do Município de Lamego, que vem desempenhando funções ao longo dos últimos anos. Não obstante, as recomendações e observações nele ínsitas, é de opinião que o este plano alerta os serviços para que no quotidiano sejam evitadas determinadas práticas que possam fazer incorrer em práticas de corrupção e práticas ilícitas. Pelo que se impõe maior proatividade no domínio da prevenção, sendo feitas recomendações nesse sentido, bem como de dar maior âmbito e visibilidade ao plano, tornando-o mais eficaz, revendo-o e

regulamentando-o de uma nova forma mais atualizada. Este plano sugere ainda a elaboração de alguns regulamentos pertinentes, nomeadamente no que diz respeito à condensação de um regulamento que inclua todas as taxas.

Entende, por isso, que todos em conjunto devem introduzir melhorias significativas no domínio da prevenção.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que, a seu ver, este relatório não tem apenas como objetivo evitar práticas de corrupção, tem também como objetivo uma prática de melhoria contínua dos procedimentos dos serviços.

O senhor **Presidente da Câmara** frisou que este é o Relatório de Gestão anual de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Lamego, obviamente que todas as sugestões têm como consequências o que o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues acabou de referir, ou seja, a melhoria contínua dos prestados aos lamecenses.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

### **03-ASSUNTO: PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS (COD 14)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 541/14/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:

*“Foram publicados alguns diplomas legais que concretizam a transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado, para os municípios, freguesias e entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e da aplicação do princípio da subsidiariedade.*

*Estes diplomas produzem efeitos em 2019, sendo que as autarquias e as entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências previstas em cada um dos referidos diplomas legais comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais. Essa comunicação deve ser efetuada, após prévia deliberação dos órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor do respetivo diploma legal.*

*A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos.*

*Foi neste quadro legal que a Assembleia Municipal de Lamego, em sessões extraordinárias realizada no dia 1 de fevereiro de 2019, aprovou a transferência de competências para o Município, relativamente aos diplomas sectoriais, de uma forma gradual, conforme mapa que se segue:*

**DELIBERAÇÕES AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E RESPETIVOS  
DIPLOMAS SETORIAIS PRAZOS PARA COMUNICAÇÃO À DGAL**

Área setorial	Diploma	Domínio/ Competências	Data de entrada em vigor	Data termo da comunicação à DGAL de não-aceitação	
				Transferência em 2019	Transferência em 2020
Praias	Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018	Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado	02/12/2018	31/01/2019	30/06/2019
Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	02/12/2018	31/01/2019	30/06/2019
Vias de comunicação	Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação	03/12/2018	01/02/2019	30/06/2019
Justiça	Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça	04/12/2018	02/02/2019	30/06/2019
Associações de Bombeiros	Decreto-Lei n.º 103/2018, De 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários	04/12/2018	02/02/2019	30/06/2019
Estruturas de Atendimento ao Cidadão	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes	04/12/2018	02/02/2019	30/06/2019
Habitação	Decreto-Lei n.º 105/2018, De 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação	04/12/2018	02/02/2019	30/06/2019
Património imobiliário público sem utilização	Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização	04/12/2018	02/02/2019	30/06/2019

Estacionamento Público	Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público	04/12/2018	02/02/2019	30/06/2019
------------------------	---	---	------------	------------	------------

Posteriormente, entraram em vigor os diplomas de âmbito sectorial e a Declaração de Retificação n.º 10/2019, já publicados, e que nos domínios da Proteção e Saúde Animal, da Educação, da Cultura e da Saúde, e que vieram, conforme mapa que se segue, determinar que as entidades que não pretendam a transferência das competências previstas nos referidos diplomas comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor dos mesmos (no caso da Proteção e Saúde Animal e da Cultura, até 1 de abril) ou até 30 de junho (Educação).

De salientar que se encontra, ainda, no prazo de comunicação (até 30 de junho) a comunicação de não-aceitação em 2019 da transferência de competências no domínio da Educação.

De igual modo, lembra-se que o prazo para a comunicação referente ao diploma setorial no âmbito da Saúde está ainda por definir (60 dias após a publicação de despacho a proferir). Ou seja, a data de referência mantém-se provisória até à sua determinação em função da publicação do despacho a que se reporta o n.º 3 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01.

Área setorial	Diploma	Domínio/ Competências	Data de entrada em vigor	Data termo da comunicação à DGAL de não-aceitação	
				Transferência em 2019	Transferência em 2020
Proteção e Saúde Animal	Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos	31/01/2019	01/04/2019	30/06/2019
Educação	Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação	04/02/2019	30/06/2019 (*)	30/06/2019
Cultura	Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01/2019	Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura	31/01/2019	01/04/2019	30/06/2019

Saúde	Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde	04/02/2019	por definir (60 dias após publicação do despacho referido no n.º 3 do art.º 25.º)	30/06/2019
-------	--	--	------------	---	------------

(\*) Declaração de retificação n.º 10/2019, de 25 de março

*Finalmente, e ainda em relação à transferência de competências no ano de 2019, os diplomas de âmbito setorial e a Declaração de Retificação n.º 10/2019, agora no que respeita à transferência da Administração Central para os municípios, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, bem como no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária e no domínio da transferência dos municípios para as freguesias, vieram determinar que as entidades que não pretendam a transferência das competências previstas nos referidos diplomas comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após a entrada em vigor dos mesmos (os identificados até 30 de junho).*

Área setorial	Diploma	Domínio/ Competências	Data de entrada em vigor	Data termo da comunicação à DGAL de não-aceitação	
				Transferência em 2019	Transferência em 2020
Transporte em vias navegáveis interiores	Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30/04/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais nos domínios do serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis	01/05/2019	30/06/2019	30/06/2019
Áreas portuárias	Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05/2019	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária	29/05/2019	28/07/2019	30/06/2019

*Quanto à transferência de competências, dispõe a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que a respetiva comunicação de não-aceitação seja comunicada à DGAL até 30 de junho.*

*Considerando que 30 de junho é um Domingo, a data de termo para comunicação no SIIL da deliberação de não-aceitação das competências que terminam nesse dia é prorrogada para 1 de julho, o que se verifica em relação ao ano de 2019 nas competências dos domínios de Educação, Transportes em vias navegáveis interiores, áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária e da transferência dos municípios para as freguesias e em relação a 2020 a todas as competências.*

*É este o quadro legal, em matéria de transferência de competências a que se refere a Lei n.º 50/2018, de 16 de dezembro, e contam dos mapas os diversos diplomas de âmbito sectorial que se apresentam ao Município de Lamego, considerando a transferência de competências já assumidas e a assumir, decorridos os períodos de comunicação da opção pela sua concretização gradual.*

*Face ao exposto, proponho:*

*1- Que seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal de Lamego a transferência de competências sectoriais para a autarquia nas seguintes áreas sectoriais:*

*a) - Proteção da Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos (Decreto-Lei n.º. 20/2019, de 30/01);*

*b) - Cultura (Decreto-Lei n.º. 22/2019, de 30/01);*

*c) - Áreas Portuário-Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não afetas à atividade Portuária (Decreto-Lei n.º. 72/2019, de 28/05).*

*2- Mais proponho que, no que concerne à transferência na área do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e do Transporte Turístico de Passageiros, ambos em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º. 58/2019 de 30/04), considerando que a proposta da Câmara Municipal de Lamego de 03/06 submetida à Assembleia Municipal não foi aprovada, nos precisos termos em que era colocada, competirá ao Órgão Deliberativo apreciar e votar a transferência de tal competência (desprovida de qualquer condição relativa à definição protocolar dos valores a transferir para o Município de Lamego).*

Tomou a palavra o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** para dizer que irá votar contra esta proposta, concretamente ao ponto n.º 2, uma vez que entende que a Assembleia Municipal já se pronunciou sobre esta matéria.

Relativamente ao ponto n.º 1 da proposta, disse que é contra a aceitação de tais competências nele ínsitas, mas vai votar a favor do seu envio à Assembleia Municipal, para se poder pronunciar.

Usou da palavra o senhor **Vereador António Pinto Carreira** que começou por questionar o senhor Presidente da Câmara qual foi a deliberação tomada pela Assembleia Municipal sobre este assunto.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu ao senhor Vereador António Pinto Carreira dizendo que a maioria dos deputados municipais votou contra a proposta da Câmara Municipal, ou seja, a Assembleia Municipal rejeitou apenas a proposta da Câmara Municipal nos seus precisos termos e não a transferência de competências.

Frisou que, com esta proposta pretende que o Executivo não se pronuncie sobre a aceitação, ou não, mas sim que remeta o assunto à Assembleia Municipal para se poder

pronunciar, órgão a quem compete a aceitação, ou não, das transferências de competências.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** disse que não compreende porque é que na anterior proposta o senhor Presidente propôs diretamente ao Executivo a não-aceitação da transferência de competências e agora não o fez.

Adiantou que é contra a transferência de competências na área da cultura, em defesa dos superiores interesses do município, dado que se trata de um domínio extremamente vasto, acrescentado ao facto da situação atual do município de Lamego, e da conjuntura que se vive, não ser altura adequada para assumir responsabilidades nesta matéria, no entanto, não se opõe que se envie à Assembleia Municipal.

Quanto ao ponto n.º 2 da proposta, considera que não está totalmente esclarecedora, nomeadamente porque a Assembleia Municipal não pode pronunciar-se sobre o teor da mesma proposta, duas vezes. Disse que, de todo o modo, nesta matéria não o chocaria a aceitação desta competência, por se tratar de uma questão de pouco relevo para o município, pelo que não irá impedir que a Assembleia Municipal se pronuncie.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** entende que o órgão competente para apreciar e deliberar sobre esta matéria de transferências de competências é a Assembleia Municipal. Disse que o que está em causa nesta proposta é que estas matérias sejam remetidas para esse órgão, pelo que adiantou que o ponto n.º 1 votará a favor do envio à Assembleia Municipal.

Relativamente ao ponto n.º 2 da proposta, considera que não há uma dupla deliberação, pelo que não vê mal nenhum que se remeta novamente o assunto à Assembleia Municipal, para se poder pronunciar, uma vez que esta proposta de deliberação já não tem qualquer condição, como constava na anterior proposta, respeitando, no entanto, quem entende de outra forma.

O senhor **Vereador Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas** disse que não vê inconveniente que esta matéria seja remetida à Assembleia Municipal.

Entende que o texto da proposta está suficientemente esclarecedor, pelo que irá votar favoravelmente o envio desta proposta à Assembleia para que a mesma se pronuncie sobre a aceitação, ou não, da transferência de competências, o que é da sua competência.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** afirmou que irá votar a favor desta proposta, no sentido de ser remetida à Assembleia Municipal, para que seja ela a promover a discussão e a deliberar sobre o que é da sua exclusiva competência.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, com esta proposta, pretende e tão só que a Assembleia Municipal se pronuncie, no sentido da aceitação ou da rejeição, da transferência de competências nas áreas setoriais de: Proteção da Saúde Animal e da

Segurança dos Alimentos (Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30/01), da Cultura (Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30/01); das Áreas Portuário-Marítimas e Áreas Urbanas de Desenvolvimento Turístico e Económico não afetas à atividade Portuária, (Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28/05). Pretende, ainda, que se pronuncie no sentido da aceitação, ou da rejeição, na transferência de competências na área do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e do Transporte Turístico de Passageiros, ambos em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30/04), porquanto tal pronúncia, com este alcance ainda não foi efetuada.

Clarificou que esta proposta surge porque a proposta de deliberação anterior, concretizada sob a alínea b), aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, foi rejeitada pela Assembleia Municipal. O conteúdo da proposta remetida pela Câmara Municipal não pode ser alterado pela Assembleia Municipal. Tal proposta, tinha uma abrangência sobre os vários domínios e uma condição, sendo sobre isso que a Assembleia Municipal deliberou. O que agora estão em apreciação, é a transferência de competências no domínio do Serviço Público de Transporte de Passageiros Regular e do Transporte Turístico de Passageiros, ambos em vias navegáveis interiores, unicamente e sem dependência da definição protocolar dos valores a transferir para o Município de Lamego.

**Deliberação:** Relativamente ao ponto n.º 1 da proposta, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o envio à Assembleia Municipal para apreciação da transferência de competências setoriais nas áreas nele ínsito.

Quanto ao ponto n.º 2, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas e do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, com um voto contra do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e com duas abstenções dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva, o envio à Assembleia Municipal, para apreciação da transferência de tal competência nele ínsito.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei contra o reenvio à Assembleia Municipal das competências descritas no ponto n.º 2 por entender que a Assembleia Municipal já se pronunciou sobre esta matéria, rejeitando a aceitação das competências.”*

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Dou como reproduzidas as minhas intervenções anteriormente proferidas aquando da discussão deste assunto.*

*Entendo que o ponto n.º 2 da proposta, tal como está formulado suscita algumas dúvidas e que o mesmo poderia estar até integrado no ponto n.º 1. Porém, não querendo impedir que*

*a Assembleia Municipal venha a pronunciar-se, desde que seja avaliado e proposto de outra forma, com outra deliberação, votei pela abstenção.”*

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** declarou que dá aqui integralmente reproduzidas as suas intervenções acima proferidas, que constituem a sua declaração de voto.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve as intervenções proferidas pelo senhor Vereador António Pinto Carreira e que constituem a sua declaração de voto.

#### DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

#### **04-ASSUNTO: 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E PAM ORÇAMENTO 2019 (COD 43)**

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 490/43/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, referindo que a execução das grandes opções do plano e orçamento para 2019, à semelhança do que tem sido na execução de orçamentos anteriores, sofre várias alterações para fazer face às necessidades e planeamento de despesa de funcionamento e atividades, bem como outras não previstas aquando elaboração do documento.

No excecionado no ponto 8.3.1.3. e no ponto 8.3.1.5. do POCAL, estão referenciadas as contrapartidas que servem de base às alterações orçamentais. Trata-se aqui, por regra, de transferências de dotação entre diferentes rubricas orçamentais sem implicar o aumento do montante total do orçamento de despesa.

São da competência do executivo municipal e não existe qualquer limitação quanto ao número anual de alterações orçamentais que podem ser efetuadas. As alterações orçamentais não afetam o equilíbrio global porque se traduzem em aumentos de dotações de despesa ou receita em algumas rubricas com contrapartida de diminuições ou de anulações de dotações noutras rubricas.

Assim é, proposta a 4.ª alteração ao orçamento da despesa, PAM e PPI, justificada, principalmente, com a necessidade das despesas:

- 1- Reforço da despesa com os nadadores salvadores;
- 2- Reforço do plano relativo a aquisição de produtos de higiene e limpeza;
- 3- Inscrição do empréstimo de curto prazo;
- 4- Inscrição em financiamento definido no plano Valorização Patrimonial e Cultural da Máscara de Lazarim;
- 5- Reforço da despesa com impostos e juros, acordo com a Autoridade Tributária.

Face ao exposto, propõe à Câmara Municipal que seja aprovada a quarta alteração ao orçamento, que importa de reforços e anulações no montante de 825.500,00€, nos termos da alínea d), do n.º 1, artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** considera que as questões financeiras são de extrema relevância e importância, pelo que acha muito estranho que os mapas anexos não venham assinados pelo dirigente dos serviços e estejam assinados pelo coordenador técnico. Entende que estes documentos deveriam estar assinados pelo Chefe de Divisão Financeira, o que não estão, pelo que, por esse motivo, irá votar contra esta proposta, afirmou.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que não vê documentos novos nesta proposta, ou seja, continua a estar em falta a informação técnica prestada pelo senhor Chefe de Divisão de Finanças e Património, pelo que adiantou que irá votar contra a proposta de deliberação.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a proposta vem instruída com os mesmos documentos e com a mesma metodologia das propostas de alteração ao orçamento anteriores (da 1ª à 3ª).

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, com três votos contra, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva e uma abstenção do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, tendo o senhor Presidente da Câmara, utilizado o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 54º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado o empate verificado.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** declarou que dá aqui integralmente reproduzidas as suas intervenções acima proferidas, que constituem a sua declaração de voto.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Quando colocamos as questões, colocamos de uma forma séria, preocupada e de boa-fé, e porque temos fundadas dúvidas sobre elas e ainda porque queremos participar nas decisões que têm interesse para o Município. Mas quando somos confrontados com questões que põe em causa a nossa honorabilidade e a nossa boa intenção em relação a esta e a outras matérias, não posso compactuar com essas atitudes e, por isso, também não posso concordar com esta proposta.*

*Entendo, também, que as deliberações devem estar devidamente fundamentadas, e se é hábito apresentar propostas, nesta matéria, como esta e que se refere a mais uma*

*alteração orçamental, sem a devida informação da DFP é também tempo de corrigir essa insuficiência, pelo que voto contra esta proposta.”*

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Abstive-me nesta proposta de alteração orçamental, uma vez que se trata de um documento de gestão orçamental e em coerência com a minha posição, aquando da votação do orçamento para o ano de 2019, votei pela abstenção.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** declarou que subscreve a declaração de voto proferida pelo senhor Vereador António Pinto Carreira.

## DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

### **05-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO ATL (COD.20)

**REQUERENTE:** MARIA GORETI ALVES BARROCO MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 514/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, propondo à Câmara Municipal, no seguimento do pedido efetuado pela senhora Maria Goreti Alves Barroco Monteiro, que seja autorizada a frequência nas Atividades dos Tempos Livres, do seu filho José Manuel Alves Monteiro, com direito a isenção do pagamento da mensalidade das mesmas, com fundamento na informação n.º 5031/2018, da DESAC, que aqui se dá por integralmente reproduzida, considerando a vulnerabilidade social do agregado familiar.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

### **06-ASSUNTO:** PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO ATL (COD.20)

**REQUERENTE:** JOSÉ MARIA MOREIRA FONSECA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 515/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, propondo à Câmara Municipal, no seguimento do pedido efetuado pelo senhor José Maria Moreira Fonseca, que seja autorizada a frequência nas Atividades dos Tempos Livres, da sua filha Mafalda Patrícia Ribeiro Fonseca, com direito a isenção do pagamento da mensalidade das mesmas, com fundamento na informação n.º 2452/2019, da DESAC, que aqui se dá por integralmente reproduzida, considerando a vulnerabilidade social do agregado familiar.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

### **07-ASSUNTO:** IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA, DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E DAS ATIVIDADES DE TEMPOS

LIVRES, NOS CENTROS ESCOLARES DE LAMEGO N.º 1 E N.º 2, LAMEGO-SUDESTE E LAMEGO SUL (**COD. 20**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 516/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“Vem propor à Câmara Municipal, ao abrigo da Portaria n.º 644-A/2015 de 20 de agosto, e de acordo com o conteúdo da informação n.º 4398/2019 da DEASC, que delibere a aprovação da implementação das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação Pré-Escolar, a Componente de Apoio à Família no 1.º e 2.º CEB e as Atividades de Tempos Livres, nos Centros Escolares de Lamego N.º 1, Lamego N.º 2, Lamego-Sudeste e Lamego-Sul, no próximo ano letivo (2019/2020).*

*A Portaria n.º 644-A/2015, de 20 de agosto, define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das AAAF e CAF, sendo as mesmas implementadas, preferencialmente, pelos Municípios, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB.*

*As AAAF destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar, antes e/ou depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção destas e a CAF a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, antes e/ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.*

*O Município de Lamego, desde o ano letivo 2017/2018, é responsável pela implementação, organização e funcionamento das AAAF e CAF, com a colaboração dos agrupamentos de escolas, promovendo as condições necessárias para a implementação das mesmas, nomeadamente a colocação de pessoal não docente, e assegurando o fornecimento de refeições escolares.*

**4. Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar**

*Acolhimento: Das 7h30m às 9h.*

*Almoço: Das 12h às 13h30m.*

*Prolongamento de horário: Das 15h30m até às 19h30m. Após o lanche, às 15h30m, as crianças são encaminhadas para as salas do prolongamento onde são dinamizadas diversas atividades, com um caráter de convívio e informalidade, onde a criança tem a oportunidade de escolher livremente, de estar com os seus companheiros, proporcionando-lhe envolvimento e satisfação. Para além destas atividades, propõe-se a oferta de aulas de música, yoga, dança e educação física, dinamizadas por professores qualificados para o efeito.*

Com base no levantamento realizado junto das Associações de Pais e Encarregados de Educação e Agrupamentos de Escolas, proponho a seguinte organização das atividades complementares, a realizar entre as 15h30m e as 17h30m, de segunda a sexta-feira, com a duração de 45 minutos, como início no mês de outubro de 2019 e término no mês junho de 2020 (esta organização poderá sofrer alteração decorrente do número inscrições em cada atividade, no início do ano letivo):

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
<b>CEL 1</b>	Educação Física <sup>(1)</sup>	Educação Física <sup>(1)</sup>	Dança	Dança	Música
		Yoga	Música	Yoga	
<b>CEL 2</b>	Yoga	Música		Educação Física <sup>(1)</sup>	Dança
<b>CEL-Sul</b>	Música	Dança	Educação Física <sup>(1)</sup>		Yoga
<b>CEL-Sudeste</b>	Dança	Natação	Yoga	Música	

(1) Até estarem reunidas as condições para iniciar a atividade de natação.

## 2. Componente de apoio à família (CAF) no 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico

Acolhimento: Das 7h30m às 9h.

Almoço: Das 12h/12h15m/12h30m às 14h/14h15m/14h30m.

Prolongamento de horário: Das 15h30m até às 19h30m (alunos do 2.º CEB) e das 17h30m às 19h30m (alunos do 1.º CEB).

Às 15h30m, os alunos do 2.º CEB, são encaminhados para as salas de apoio à família, onde procedem à realização dos trabalhos de casa. Às 17h30m fazem uma pausa para o lanche, regressando às salas por volta das 17h45m. Finalizados os trabalhos de casa, realizam diversas atividades lúdicas.

Às 17h30m, os alunos do 1.º CEB, são encaminhados para o refeitório para lanchar, após o qual são acompanhados até às salas de apoio à família, onde realizam os trabalhos de casa.

3. As AAFF e a CAF são de frequência facultativa e são comparticipadas pelas famílias. No ano letivo 2018/2019 foram cobrados os seguintes valores, propondo-se a manutenção dos mesmos no próximo ano letivo, exceto se com a publicação do despacho que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar para o ano letivo 2019/2020 ocorrer alteração ao preço das refeições a fornecer em refeitórios escolares às crianças dos estabelecimentos de educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, uma vez que este preço tem por base o valor definido pelo Ministério da Educação (aguarda-se publicação do diploma).

<b>AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família</b>		
<b>Designação</b>	<b>Horário</b>	<b>Valor</b>
<i>Período da manhã (acolhimento)</i>	<i>Das 7h30m às 9h</i>	<i>Gratuito</i>
<i>Período de almoço (refeição escolar)</i>	<i>Das 12h às 13h30m</i>	<i>1,20€/ dia</i>
<i>Período da tarde sem atividades complementares</i>	<i>Das 15h30m às 17h30m</i>	<i>Gratuito</i>
<i>Período da tarde com atividades complementares</i>	<i>Das 15h30m às 17h30m</i>	<i>6,00€/cada/mês</i>
<i>Período da tarde com atividades complementares (PACK4)</i>	<i>Das 15h30m às 17h30m</i>	<i>20,00€/mês</i>
<i>Extra período da tarde</i>	<i>Das 17h30m às 19h30m</i>	<i>20,00€/mês</i>
<i>Extra período da tarde (diário)</i>	<i>Das 17h45m às 19h30m</i>	<i>2,00€/dia</i>

<b>CAF – Componente de Apoio à Família</b>		
<b>Designação</b>	<b>Horário</b>	<b>Valor</b>
<i>Período da manhã (acolhimento)</i>	<i>Das 7h30m às 9h</i>	<i>Gratuito</i>
<i>Período de almoço (refeição escolar)</i>	<i>Das 12h15m/12h30m às 14h15m/14h30m</i>	<i>1,46€/ dia</i>
<i>Extra período da tarde 1.º CEB</i>	<i>Das 17h30m às 19h30m</i>	<i>25,00€/mês</i>
<i>Extra período da tarde 1.º CEB (diário)</i>	<i>Das 17h30m às 19h30m</i>	<i>2,50€/dia</i>
<i>Extra período da tarde 2.º CEB</i>	<i>Das 15h30m às 19h30m</i>	<i>30,00€/mês</i>
<i>Extra período da tarde 2.º CEB (diário)</i>	<i>Das 17h30m às 19h30m</i>	<i>3,00€/dia</i>

**Nota:** Nas interrupções das atividades educativas e letivas, nos meses de dezembro (11 dias), março e abril (10 dias) e junho (7 dias), dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e ensino básico, ao abrigo do Despacho n.º 5754-A/2019, de 18 de junho, e uma vez que nestas interrupções as crianças/alunos não frequentam as atividades sujeitas a mensalidade, proponho a aplicação de um desconto de 25% por cada semana completa de interrupção das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e ensino básico, nos meses de dezembro de 2019, março e abril e junho de 2020, à semelhança do que aconteceu no ano letivo anterior, e o desconto na mensalidade da atividade sempre que se verificarem ausências, quer do professor da atividade, quer da criança, esta última apenas quando está ausente por doença e desde que comunicada com a devida antecedência.

4. As Atividades de Tempos Livres do Município de Lamego (ATL) são promovidas num espaço lúdico-pedagógico, que tem por função complementar, o processo educativo e

formativo das crianças e jovens, através da participação em atividades definidas para o projeto.

*Períodos abrangidos (com a devida redução de fins de semana e feriados):*

*Natal Ativo – de 18 a 20 de dezembro de 2019, de 22 a 27 de dezembro de 2019 e 2 e 3 de de janeiro de 2020 (11 dias) – na última semana do mês de dezembro podem não ocorrer as atividades de tempos livres.*

*Carnaval Ativo – de 24 a 26 de fevereiro de 2020 (3 dias);*

*Páscoa Ativa – de 30 de março a 13 de abril de 2020 (10 dias);*

*Férias Ativas – de 22 de junho de 2020 até ao início do ano letivo 2020/2021.*

*Inscrições para os períodos abrangidos:*

*Sempre até à quarta-feira anterior à semana em que se inscreve.*

*As inscrições poderão ser efetuadas em [www.cm-lamego.pt](http://www.cm-lamego.pt), nos respetivos Centros Escolares e no Balcão de Atendimento ao Município, através de formulário próprio.*

*Horário de Funcionamento:*

*As Atividades de Tempos Livres funcionam de segunda a sexta-feira, com o seguinte horário:*

Período da manhã				Período da tarde				
Acolhimento	Início da atividade	Lanche	Fim da atividade	Almoço	Início da atividade	Lanche	Fim da atividade	Apoio à Família
Das 7h30m às 9h30m	9h30m	Das 10h30m às 11h	12h30m	Das 12h30m às 14h30m	14h30m	Das 16h às 16h30m	18h	Até às 19h30m

**Valor da Inscrição:**

*As crianças/alunos que pretendam frequentar as **Atividades de Tempos Livres**, suportam o valor de 20€/por semana ou 6€/dia. Este valor inclui um programa de atividades, a refeição escolar, o lanche da manhã e da tarde, um seguro de acidentes pessoais, a utilização de material necessário para as atividades e um professor ou técnico qualificado por atividade.*

ATL – Atividades de Tempos Livres		
Designação	Horário	Valor
ATL Semanal	Das 7h30m às 19h30m	20,00€/semana
ATL Diário	Das 7h30m às 19h30m	6,00€/dia

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou o senhor Presidente da Câmara porque motivo o ATL não vai funcionar nas respetivas escolas.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que, tal como decorreu no ano anterior, a gestão é feita de forma racional, utilizando os meios existentes.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** retorquiu que, a seu ver, esta atitude causa vários transtornos aos pais das crianças, bem como alguns problemas de socialização às crianças, o que não lhe parece positivo.

Entende que se deveria evitar que os alunos fossem transferidos de uma escola para outra, uma vez que o Município teria condições de as assegurar.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**08-ASSUNTO: PEDIDO DE CONTINUIDADE DE TRANSPORTE PARA OS UTENTES DA ASSOCIAÇÃO PORTAS P'RA VIDA (COD. 20)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 517/20/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, propõe à Câmara Municipal, delibere, nos termos da alínea gg) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do ponto 5.1 da parte C do Plano de Ação Social Escolar e Transporte Escolar aprovado para o ano letivo 2018/2019, no sentido de autorizar a continuidade do passe escolar de três utentes a frequentar a Associação Portas P'ra Vida, até ao dia 14 de agosto de 2019, em virtude desta Associação interromper as atividades para férias apenas de 15 de agosto a 9 de setembro, das seguintes localidades servidas por transportes públicos de passageiros com circulação diária fora do período escolar:

- José Filipe Silva Bento – Rossas;
- Bruno Sebastião Leitão Gomes – Sande;
- Rosa Maria Pinto Soares – Boavista.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**09-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE NATACÃO DO NORDESTE (COD 20)**

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 497/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“A vigilância e salvamento em piscinas públicas, como é o caso das Piscinas Municipais Descobertas (PMD), rege-se por obrigações de segurança dos banhistas, definidas em regulamento interno e em legislação nacional de cumprimento indispensável.*

*A Associação de Natação do Nordeste (ARNN), possui RH, enquadramento legal e idoneidade para prestação do serviço de vigilância e salvamento nas PMD, durante o período balnear (15 de junho a 15 de setembro de 2019) e durante o período de funcionamento das PMD (diariamente entre as 10h00 e as 19h00), nas quantidades apuradas como indispensáveis para que seja garantida a segurança dos utentes/banhistas e o normal funcionamento da instalação”.*

*Considerando a importância e indefensabilidade do serviço, propõe à Câmara Municipal que seja aprovado protocolo com a referida Associação territorial que contemple as obrigações mútuas, bem como os detalhes da prestação do serviço a executar, tais que se especificam em protocolo anexo.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que, a seu ver, neste procedimento não está cumprida a lei da contratação pública e não vê razão alguma para que o Município não contrate diretamente os nadadores salvadores e tem de se socorrer a um intermediário, pagando-lhes um valor acrescido de cerca de nove mil euros, pelo que adiantou que votará contra esta proposta, caso a mesma se mantenha.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** afirmou que, uma vez que este protocolo já está em execução, dado que as piscinas municipais descobertas estão em funcionamento desde o pretérito dia 15 de junho de 2019, adiantou que não poderá votar favoravelmente este proposta.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** concordou que de facto, esta proposta contém um conjunto de situações que lhe causam muitas dúvidas.

Disse que, pela proposta se depreende que apenas se está a contratar os nadadores salvadores, porém no clausulado do protocolo existe uma contradição ao referir dois nadadores e três vigilantes.

Outra questão prende-se com o facto de ter dúvidas é se este protocolo já está em execução, ou não, desde o dia 17 de junho do corrente ano, pelo que gostaria de ser esclarecido.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por referir que o senhor Presidente da Câmara parece não aprender com os erros do passado, uma vez que este protocolo no ano passado, só veio à reunião de Câmara já depois de ter encerrado as piscinas municipais. Agora, não surge nessa altura, mas surge com a prestação de serviços já ter tido o seu início, uma vez que as piscinas municipais já estão em funcionamento, desde o dia 15 de junho de 2019, e já deverão ter nadadores salvadores.

Disse, ainda, que na informação prestada pelo senhor Chefe da DEASC, é afirmado que e citou: *“...Esta é a melhor forma de obter profissionais desta área, conseguindo ter sempre efetivos em permanência, no ano passado também assim foi feito com resultados muito positivos...”* Porém afirmou que tais resultados positivos não parecem estar plasmados na proposta de deliberação.

Afirmou que, por tudo o que já foi dito e pela forma como está apresentada esta proposta de deliberação, votará contra.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, atentas as questões suscitadas pelos senhores Vereadores, o assunto transita para a próxima reunião, sendo que virá acompanhado da respetiva informação prestada pelo senhor Chefe da DEASC.

**Deliberação:** Transita à próxima reunião.

**10-ASSUNTO:** RELATÓRIO DE GESTÃO DO TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO  
REFERENTE AO ANO DE 2018 **(COD 20)**

Este assunto transitou para a próxima reunião.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

**11-ASSUNTO:** CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA **(COD 01)**

**CONSUMIDOR:** MARIA FÁTIMA ALMEIDA DIONÍSIO LACERDA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 518/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 4082/DASU, de 7 de junho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 44844, de abril/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**12-ASSUNTO:** CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA **(COD 01)**

**CONSUMIDOR:** FERNANDO DA CONCEIÇÃO ROSÁRIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 519/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 4076/DASU, de 7 de junho de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 12849, de janeiro/19, e 26349, de fevereiro/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**13-ASSUNTO:** PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL **(COD 01)**

**REQUERENTE:** LUÍS BENTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 520/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Luís Bento solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere

que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Luís Bento, cliente n.º 9088, naquele tarifário.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**14-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE S. JOÃO EM LAMEGO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 26)

**REQUERENTE:** ASSOCIAÇÃO DE S. JOÃO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 521/26/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja ratificado o seu despacho, datado de 18 de junho de 2019, através do qual autorizou a concessão da licença para realização da Festa em Honra de S. João, que decorrerão nos dias 23 a 24 de junho de 2019, na freguesia de Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**15-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 26)

**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA DE ARNEIRÓS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 522/26/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra do Santíssimo Sacramento, que decorrerão no dia 21 de junho de 2019, na freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**16-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSO SENHOR DOS AFLITOS E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 26)

**REQUERENTE:** IRMANDADE DE NOSSO SENHOR DOS AFLITOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 523/26/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nosso Senhor dos Aflitos, que decorrerão nos dias 6 e 7 de julho de 2019, no Bairro da Ponte, na freguesia de Lamego, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**17-ASSUNTO:** LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD 26**)

**REQUERENTE:** COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE  
Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 524/26/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da Festa em Honra de Nossa Senhora da Saúde, que decorrerão nos dias 19 a 22 de julho de 2019, em Cepões, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**18-ASSUNTO:** RETIFICAÇÃO DO PROCESSO TOPONÍMICO DA FREGUESIA DE FERREIRIM (**COD 61**)

O senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento ao Executivo que, no uso das competências que lhe foram conferidas pelas alíneas ss) e tt) do nº1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a proposta de retificação apresentada pela Junta de Freguesia de Ferreirim, decidiu retificar o processo toponímico, aprovado na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de maio de 2016, nos seguintes termos:

- O arruamento que é limite de Concelhos/Freguesias entre União de Freguesias de Tarouca e Dálvares e Freguesia de Ferreirim deixe de ser designado de Rua Ponte das Tábuas e passe a designar-se de Caminho Ponte das Tábuas, localizados no lugar de Rossas.
- O arruamento designado de rua Alto Pina passe a designar-se de Travessa Monte do Calvário, localizados no lugar do Barroncal.

**Deliberação:** O Executivo tomou conhecimento.

• GABINETE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – **CÓD. AO 01 | GAET 04**

**19-ASSUNTO:** PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE S. JOÃO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 51**)

**REQUERENTE:** MARIA BELMIRA FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 525/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 18 de junho de 2019, através do qual autorizou a ocupação do espaço público para instalação de uma banca de madeira, entre os dias 22 a 24 de junho de 2019, para venda de martelos, durante o evento das “Festas de S. João”.

O valor das taxas a pagar pelo requerente é de 9,80€.

A propósito deste assunto, o senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara se houve algum pedido de ocupação de espaço público para as Festas de S. João, efetuado por algum comerciante, que não tenha vindo à reunião de Câmara.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que todos aqueles que manifestaram intenção de manter o seu pedido, vão ser presentes à reunião de Câmara para ratificação.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**20-ASSUNTO:** PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE S. JOÃO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 51**)

**REQUERENTE:** MARIA DO CARMO DA FONSECA PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 526/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 18 de junho de 2019, através do qual autorizou a ocupação do espaço público para instalação de uma banca de madeira, no dia 23 de junho de 2019, para venda de martelos, durante o evento das “Festas de S. João”.

O valor das taxas a pagar pelo requerente é de 14,70€.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**21-ASSUNTO:** PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE S. JOÃO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 51**)

**REQUERENTE:** JOAQUIM DO CARMO ESPERANÇO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 527/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 18 de junho de 2019, através do qual autorizou a ocupação do espaço público para instalação de uma banca de madeira, no dia 22 a 24 de junho de 2019, para venda de bebidas e sardinhas, durante o evento das “Festas de S. João”.

O valor das taxas a pagar pelo requerente é de 14,70€.

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

**22-ASSUNTO:** PLANTA DE ORDENAMENTO E OCUPAÇÃO DOS TERRADOS PARA AS FESTAS EM HONRA DA NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS 2019 (**COD. 26**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 539/26/2019, da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

*“Vem propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito das Festas em Honra da Nossa Senhora dos Remédios, são apresentados inúmeros pedidos de instalação e funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados, bem como de ocupação dos lugares de terrado na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, Rua D. Dinis, Largo D. Dinis e no Jardim da República.*

*Os pedidos apresentados superam largamente a área disponível destinada à instalação e funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados, naqueles espaços. Como tal, importa selecionar os pedidos apresentados.*

*Nessa conformidade, tais pedidos deverão ser analisados nos termos do Regulamento Municipal sobre a instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos do Concelho de Lamego.*

*Assim, para a seleção dos pedidos, face à área de terreno disponível e stands existentes, proponho à Câmara Municipal que sejam observados os seguintes critérios, por esta ordem:*

- 1) A antiguidade de participação do requerente por sector, nas Festas da Nossa Senhora dos Remédios;*
- 2) Exercer a sua atividade preferencialmente ou ter residência habitual no concelho de Lamego;*
- 3) Ordem da apresentação e instrução do requerimento do interessado;*

*Mais proponho que, nos termos do nº10 do artigo 6º do Regulamento Municipal sobre a Instalação e Funcionamento dos Recintos de Espetáculos e de Divertimentos Públicos do Concelho de Lamego, sejam aprovadas as plantas de ordenamento e ocupação dos terrados para as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios 2019, dividida por zonas que se anexa:*

*Zona A - Av. Alfredo de Sousa - Artesanato, produtos regionais e associações.*

*Zona B - Rua D. Dinis- Louças, tapetes, têxteis, cutelaria e outros.*

*Zona C – Largo D. Dinis - Restauração.*

*Zona D - Recinto da Feira (Vírgula) – Divertimentos e bijutaria.*

*Zona E - Jardim da República*

*Sugiro, que de igual forma, sejam aprovadas as seguintes normas e condutas para a ocupação e utilização dos recintos itinerantes e improvisados:*

*Normas e condutas de ocupação e utilização dos recintos itinerantes e improvisados durante as Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios*

- 1) A instrução do processo de candidatura, deve ser formalizada com rigor nos dados solicitados*

- 2) *Não serão aceites pedidos de inscrição de candidatos/entidades que não tenham a situação regularizada perante o Município e outras entidades públicas.*
- 3) *A autorização da ocupação do terrado, só poderá ser efectivada, após a liquidação de 50% do valor das taxas a liquidar até ao dia 10 de Agosto, sendo os restantes 50% liquidados antes da instalação e na presença da fiscalização municipal ou outros elementos designados pelo município.*
- 4) *Os requerentes, a quem venha a ser concedido um espaço expositivo, comprometem-se a mantê-lo aberto e em funcionamento durante, as datas e horários estipulados, sob pena de exclusão deste e outros eventos do município.*
- 5) *Dever de cumprir com os regulamentos, normas e condutas de higiene e segurança.*
- 6) *Respeitar e cumprir de acordo com as instruções dos fiscais municipais e ou outros elementos designados pelo Município de Lamego.*
- 7) *Os expositores devem ter, em local visível, a credencial da viatura no espaço de exposição, com a respectiva matrícula.*
- 8) *Nos stands cedidos pelo Município localizados na Zona A e nos recintos improvisados na Zona E, será instalada apenas a iluminação do stand com uma lâmpada de uso corrente.*
- 9) *Qualquer necessidade de energia eléctrica dos expositores, para outros efeitos deverá ser suprida por contrato privado de fornecimento eléctrico, para obtenção do qual junto do fornecedor, a Câmara Municipal de Lamego, emitirá a declaração respectiva.*
- 10) *Qualquer necessidade de fornecimento de água e escoamento de águas residuais para os expositores, deverá ser suprida por contrato privado de fornecimento de água e escoamento de águas residuais, a requerer nos Serviços de Atendimento ao Município, na Câmara Municipal de Lamego.*
- 10) *A desmontagem deve ser realizada, após o dia e a hora determinada pelo município.*
- 11) *Durante o decorrer das festividades e após a desmontagem dos expositores, a área de ocupação e áreas adjacentes, deverão ficar devidamente limpas.*
- 12) *Todos os requerentes, deverão ter conhecimento dos regulamentos, normas e condutas em vigor no Município de Lamego e cumprir o aí estipulado.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou porque razão vem à reunião a planta de ordenamento dos terrados para aprovação, uma vez que depois na prática não é cumprida, tal como aconteceu no ano passado.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que a planta é para cumprir, tal como ocorreu no ano passado, lembrando, aliás, que, então, ficaram espaços por ocupar.

**Deliberação:** A proposta foi aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, António Manuel Guedes Gomes Alves

da Silva e Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas e com quatro abstenções dos Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Fernando Silvério Cardoso de Sousa e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei pela abstenção por entendo que este assunto se trata de um ato de gestão do Executivo em funções.”*

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei pela abstenção por entendo que este assunto se trata de um ato de gestão do Executivo em funções.”*

**23-ASSUNTO:** DESIGNAÇÃO DE PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ORGANIZADORA FESTAS CIDADE DE LAMEGO “A ROMARIA DE PORTUGAL” (COD. 26)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 540/26/2019, do senhor Presidente da Câmara, que refere que dispõe o n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da Associação Organizadora Festas Cidade de Lamego “A Romaria de Portugal” que o presidente da Direção da referida Associação é designado pela Câmara Municipal de Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere designar a senhora Dra. Ana Catarina Graça da Rocha, Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, como Presidente da Direção da Associação Organizadora Festas Cidade de Lamego “A Romaria de Portugal”.

**Deliberação:** Transita para a próxima reunião.

**24-ASSUNTO:** PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM CULTURAS (COD. 17)

**REQUERENTE:** JOSÉ AUGUSTO RIBEIRO PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 528/17/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

*“O Município de Lamego manteve até ao final de 2018 um núcleo de bovinos de raça arouquesa na Quinta Casal de S. João, Santiago, Magueija, uma propriedade que lhe foi doada em testamento pelo benemérito Dr. João de Almeida, com o objetivo de ocupação dos solos, e desenvolvimento de uma atividade consentânea com as intenções do testamentário, evitando que os terrenos ficassem votados ao abandono.*

*Para efeitos da contenção dos seis animais (um macho e cinco fêmeas) procedeu-se à vedação de parte da Quinta utilizando rede ovelheira, a qual foi por diversas vezes*

vandalizada, e outras forçada pelos próprios bovinos, sobretudo nos períodos do ano de maior escassez de alimento natural, em que as árvores de fruta e culturas vizinhas eram apetitosas para estes animais.

Em resultado das várias fugas, muitas das quais durante a noite, os animais causaram alguns prejuízos nas redondezas, nomeadamente na propriedade do Sr. José Augusto Ribeiro Pereira, residente na Rua de Santiago, Magueija, a qual veio expor e reclamar o pagamento de prejuízos causados na produção de alguns produtos hortícolas e frutícolas.

Os técnicos do Serviço de Veterinária Municipal apuraram danos em 40 couves tronchas, em talhão de cenouras, 3 cerejeiras e alguma produção de maçãs não quantificada.

O valor solicitado de 150,00€ solicitado pelo requerente como compensação pelos prejuízos parece adequado, pelo que proponho à Exma. Câmara Municipal que delibere no sentido do pagamento do valor de 150,00€ ao senhor José Augusto Ribeiro Pereira.”

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares – CÓD. DOU 05 | OP 01

**25-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 581/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** SÉRGIO MANUEL DE ALMEIDA SOUSA

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE RAPOSTEIRO – LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 529/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1329/DOU, de 07/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 14/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**26-ASSUNTO:** RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 466/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** CÂNDIDO FERNANDES TEIXEIRA REDE

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO BARREIRO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 530/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1338/DOU, de 07/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 14/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação,

delibere o licenciamento da obra de reconstrução de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**27-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UM ANEXO – PROC. 478/17 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** ALDA MARIA DA SILVA OLIVEIRA CARVALHO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO EIRO DE BAIXO, ALVELOS – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 531/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1322/DOU, de 06/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 14/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento da obra de construção de um arrumo com colocação de portão, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**28-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE ARRUMOS AGRÍCOLAS – PROC. 405/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** FILIPE MACHADO SEQUEIRA

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DE SANTO ANTÓNIO – VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 532/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1277/DOU, de 03/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 17/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**29-ASSUNTO:** AMPLIAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL – PROC. 373/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** LACTICÍNIOS DO PAIVA, S.A.

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DO PATRIMÓNIO E QUINTA NOVA – CAMBRES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 533/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1366/DOU, de 17/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 18/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual

redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura (alterações) referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**30-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 129/15 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** MÁRIO FILIPE ALMEIDA FAUSTINO

**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DE PENEDARCA - LALIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 534/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1327/DOU, de 07/06/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 14/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 5 artigo 58.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o deferimento do pedido de prorrogação do prazo da licença de construção n.º 57/17, por doze meses.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**31-ASSUNTO:** HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA EFETUADA À FRAÇÃO DO CAFÉ FRUTA CORES – PROC. 29/07 (**COD 42**)

**REQUERENTE/QUEIXOSO:** JOSÉ FILIPE PINTO SILVA

**LOCAL:** URBANIZAÇÃO QUINTA DE S. SEBASTIÃO, TORRINHAS – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 535/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal, para os efeitos previstos no artigo 89º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16, de dezembro, que delibere a homologação do auto de vistoria n.º 15, de 06/05/2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VII – conclusão, do citado Auto de Vistoria.

**Deliberação:** Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

**32-ASSUNTO:** CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO – PROC. 323/18 (**COD. 42**)

**REQUERENTE:** JOSÉ JOÃO CAMPOS CORREIA RODRIGUES

**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DOS CIPRESTES – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 536/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1355/DOU, de 13/06/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 17/06/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere submeter a audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º do CPA, o projecto de decisão de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**33-ASSUNTO:** PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE – PROC. 232/19 (**COD. 42**)**REQUERENTE:** ANTÓNIO MIGUEL GOMES DA PONTE**LOCAL DA OBRA:** LUGAR DA PORTELA – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 537/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1353/DOU, de 13/06/2019 e do parecer do Chefe da DOU, de 17/06/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere submeter a audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º do CPA, o projecto de decisão de indeferimento do pedido de destaque de uma parcela de terreno.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

**34-ASSUNTO:** PEDIDO DE CERTIDÃO DE CLASSIFICAÇÃO DA CASA DO ESPÍRITO SANTO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROC. 603/16 (**COD. 42**)**REQUERENTE:** CLUB DE LAMEGO**LOCAL DA OBRA:** AV. VISCONDE GUEDES TEIXEIRA – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 538/42/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 1319/DOU, de 06/06/2019 e do parecer do chefe da DOU, de 14/06/2019, propondo que a Câmara, nos termos do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere classificar a “ Casa do Espírito Santo”, prédio urbano sito na Av.ª Visconde Guedes Teixeira, inscrito na matriz sob o artigo 343 e descrito na conservatória do Registo Predial com o n.º 2277/2014102, como Imóvel de Interesse Municipal, nos termos previsto no n.º 6 do art. 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

**Deliberação:** Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos, tendo-se declarado legalmente impedido de votar este assunto, o senhor Presidente da Câmara, por pertencer aos órgãos sociais do requerente.

Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

**35-ASSUNTO:** CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA (**COD. 41**)**OBRA:** CIRCUITO PEDONAL – RELÓGIO DO SOL ACESSO AO CENTRO URBANO DE LAMEGO

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 477/41/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo que, a Câmara Municipal, ratifique o seu despacho datado de 04/06/2019, onde aceitou os termos de suprimento dos erros e omissões

reclamados e aprovou a lista final do mapa de quantidades a concurso, contendo os erros e omissões da obra denominada “Circuito Pedonal – Relógio do Sol Acesso ao Centro Urbano de Lamego.”

**Deliberação:** Ratificado por unanimidade.

### INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 49º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, inscreveram-se, para intervir, os seguintes munícipes:

- 1- **Fausto Magno**, residente em Lamego;
- 2- **José António Silva Correia**, residente em Lamego;
- 3- **Aida Maria Peseiro Mesquita Garcia**, residente em Lamego;
- 4- **Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira**, residente em Sande.

1- Tomou a palavra o senhor **Fausto Magno** para pedir ao senhor Presidente da Câmara a colocação de um sinal de trânsito de limite de velocidade na estrada que liga Lanhosa a Cepões.

2- Usou da palavra o senhor **José António Silva Correia** para reportar e reiterar as situações análogas, relativas ao ambiente em frente ao supermercado Lidl, afirmando que existe nessa zona, concretamente debaixo da ponte, um saco com lixo, desde o pretérito mês de janeiro e ainda não foi recolhido, até à data.

Referiu que na mesma estrada, junto ao Lidl, a sinalização não está visível, existindo alguns sinais mal colocados e tapados com os arbustos.

Reiterou que na paragem do verdinho da zona do supermercado, os holofotes continuam desligados, sendo que durante a noite se verificam situações estranhas no local, tal como já havia reportado.

Referiu também que o passeio na mesma zona está cheio de arbustos, impedindo a passagem normal dos peões, tendo de utilizar a estrada para circular.

Disse que, na cidade existem estabelecimentos comerciais que colocam as esplanadas na via pública, impedindo a normal passagem das pessoas nos passeios.

Chamou a atenção para as casas em ruína existentes na Rua da Seara e na Rua da Ponte, constituindo um perigo eminente para quem por lá circula.

Reiterou que na Av. Egas Moniz também apresenta bastantes anomalias, em termos das estruturas de suporte de publicidade, estando as mesmas colocadas a uma altura muito baixa do pavimento, constituindo perigo para quem por lá circula a pé. Existe ainda nessa rua um muro em perigo eminente de ruína, bem como inúmeros buracos no pavimento. A

este propósito, disse que, na reta de Calvilhe, os trabalhadores andaram a tapar alguns buracos, sem qualquer tipo de profissionalismo.

Salientou o mau tratamento que é dado aos contentores de lixo, chamando a atenção para o facto de as pessoas descarregarem o lixo em qualquer um dos contentores sem efetuarem a devida separação.

Referiu-se ainda às águas não controladas dos fontanários públicos, sugerindo que o Município tivesse um setor só para esse efeito.

Chamou a atenção para o facto de em algumas casas de banho públicas não terem nenhuma fechadura, nem o respetivo óculo e tampa da sanita.

Referiu que não existe qualquer placa de identificação do começo da cidade de Lamego quem vem de Tarouca para cá.

Por fim, deixou uma frase para reflexão do Executivo “O falar é barato”.

**3-** Usou da palavra a senhora **Aida Maria Peseiro Mesquita Garcia**, para se reportar novamente ao assunto da abertura ao trânsito nos dois sentidos nas Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino.

Referiu que o negócio que tem nessa rua está a reduzir cada vez mais, advindo de uma decisão que o Executivo tomou, e que os seus clientes se queixam da falta de estacionamento na área de acesso ao seu estabelecimento.

Questionou, mais uma vez, o senhor Presidente da Câmara onde está o resultado da monitorização do ruído e da vibração. Disse que há um ano que esperam por esse resultado e até agora nada. Perguntou, por isso, se esta situação é para continuar por muito mais tempo, uma vez que o seu negócio está cada vez pior, deixando para comprovação a faturação de sexta-feira e de sábado, perguntando como é que vai sobreviver, com tão poucas vendas.

Referiu, ainda, novamente que a sua casa está com várias rachaduras, derivado à vibração provocada pela constante passagem dos veículos na rua.

**4-** Interveio o senhor **Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira**, residente em Sande, para apelar à Câmara Municipal, uma vez mais, o não encerramento do jardim de infância de Sande.

De seguida, reiterou ao senhor Presidente da Câmara que diligencie no sentido de colocar duas caixas de saneamento, em frente à casa do seu pai, em Sande, afirmando que se disponibiliza para, a dispensas suas, efetuar a ligação à rede pública. Disse que as fossas estão a ficar cheias e não quer ter mais chatices com os vizinhos, pelo que pediu ao senhor Presidente que aceite a sua proposta.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** relativamente ao assunto do jardim-de-infância, disse que o Executivo Municipal, bem como a Assembleia já se pronunciaram

sobre este assunto, no sentido do não encerramento, pelo que afirmou que muito ficaria espantado que não se mantivesse em funcionamento, tendo em conta a posição destes dois órgãos.

Em relação ao trânsito na Macário de Castro e Cardoso Avelino, reiterou que a sua opinião sobre este assunto já é bem conhecida, sendo de entendimento que a mobilidade é dinâmica não é estática, lembrando ao senhor Presidente da Câmara que continua a aguardar pela avaliação do estudo do ruído.

Referiu que, na sua opinião, o trânsito a pesados deveria ser efetuado apenas num só sentido, a fim de provocar menos ruído e vibrações nos edifícios, de forma a melhorar a qualidade de vida dos moradores e transeuntes daquelas ruas.

No que concerne ao caminho em Cepões, disse que apesar de tratar na sua génese de um caminho agrícola, encontra-se neste momento com outro nível de serviço porquanto liga duas freguesias, aumentando e diversificando em muito o tráfego que aí circula, pelo que concorda com a colocação do sinal solicitado pelo senhor Fausto Magno.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** começou por lembrar que, relativamente ao assunto do jardim-de-infância, a posição do Município de Lamego é contra o encerramento, sendo que a Assembleia Municipal fez também uma recomendação nesse sentido, pelo que neste seguimento seria muito estranho que viesse a ocorrer o encerramento.

Relativamente ao assunto das Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, disse que todos conhecem a sua opinião sobre esta matéria, defendendo que a solução encontrada não é a melhor, tendo em conta as diversas reclamações dos moradores e comerciantes daquelas ruas. Questionou, por isso, o senhor Presidente da Câmara quando vai trazer à reunião do Executivo a monitorização sobre este assunto.

Quanto aos demais assuntos, referiu que cabe ao Executivo em funções dar a melhor atenção e a devida resolução aos mesmos.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** começou por apelar ao senhor o senhor Presidente da Câmara que traga à reunião do Executivo a monitorização sobre a abertura nos dois sentidos das Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, a fim de ter dados concretos das vantagens ou desvantagens desta medida.

Quanto aos restantes assuntos, referiu que cabe ao Executivo em funções dar a melhor atenção e a devida resolução aos mesmos.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** começou por referir que alguns dos assuntos colocados são de gestão quotidiana e de resolução simples e que deveriam ser resolvidos quase no imediato, pelo Executivo em funções.

Relativamente à alteração do trânsito nas Ruas Macário de Castro e Cardoso Avelino, disse que está a aguardar que o senhor Presidente da Câmara traga ao Executivo o relatório do estudo de monitorização, para poder tomar uma posição.

No que concerne ao encerramento do jardim-de-infância, disse que se trata de um não assunto, uma vez que a maioria do Executivo Municipal já se pronunciou, no sentido do não encerramento.

Quanto ao saneamento, afirmou que, no seguimento da proposta efetuada pelo senhor Joaquim Augusto Rodrigues Teixeira, o senhor Presidente da Câmara deveria aproveitar essa ajuda e dar início imediato à obra.

O senhor **Vereador Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas** afirmou que, a seu ver, não existem problemas mais simples e menos simples, existem, isso sim, problemas que configuram maior facilidade de resolução do que outros. No entanto, crê que o Executivo Municipal está sensível às questões colocadas e as resolverá o mais rápido possível.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o Executivo Municipal tomou a devida nota às questões e anseios colocados pelos munícipes e que serão resolvidas o mais rápido possível, agradecendo os alertas trazidos pelos munícipes.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que, quanto à questão colocada pelo senhor Fausto Magno, dará indicação aos serviços, para apreciar a fazer as diligências necessárias para resolução da mesma.

Relativamente ao saneamento em Sande, disse que irá dar também indicação aos serviços para apreciar este assunto, adiantando que outras freguesias registam também este problema, nomeadamente na freguesia da Penajoia onde a rede de saneamento é quase inexistente.

No que concerne às situações colocadas pelo senhor José Correia, disse que muitas delas já estão sinalizadas pelos serviços e que irão ser resolvidas, tendo em conta as prioridades e recursos existentes. Disse que as águas necessitam de facto de análises regulares. No entanto lembrou que as águas que correm nas torneiras do Município de Lamego são das melhores a nível nacional, tal como se constatou, pelos exames divulgados pela entidade competente, recentemente.

Salientou que as esplanadas estão a ser alvo, em sede de Executivo, da devida disciplina, licenciado as que não estavam licenciadas e cobrando as respetivas taxas aos agentes económicos.

Relativamente às Ruas Cardoso Avelino e Macário de Castro afirmou que tem esse assunto entre mãos, para encontrar soluções alternativas. Reiterou que não é de fácil resolução, uma vez que se assim fosse já teria sido resolvido.

Presidente

Secretário

Por último, em relação ao jardins-de-infância, disse que este assunto não pode ser tratado por razões de ordem afetiva, ou por razões de ordem popular. Lembrou que o Executivo Municipal, bem como a Assembleia Municipal já se pronunciaram sobre esta matéria, e a entidade competente que emite parecer já o fez, por unanimidade, tendo sido enviado à DGESTE, entidade que faz a gestão de toda a rede escolar.

Referiu que, no ano passado, ao manter-se em funcionamento os seis jardins-de-infância, nomeadamente os de Avões, Penajoia e Sande, com um número muito reduzido de alunos, se causou grandes constrangimentos, em termos de gestão da rede escolar. Referiu que é necessário levar em linha de conta todos os legítimos interesses e respeitar as competências de cada um dos órgãos.

Sublinhou ainda que a indicação de encerramento dos jardins-de-infância e das escolas do 1º CEB remonta a 2013 e foi aprovado em sede do Executivo.

### **36-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)**

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

### **37-ASSUNTO: TERMO (COD 60)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária